

A Percepção dos Coordenadores Acerca da Formação do Contador: Uma Análise Calcada na Dualidade das Razões Instrumental e Substantiva

Thiago Cunha de Oliveira
PPGA/UNIGRANRIO
thiaguhc@gmail.com

Márcia da Silva Carvalho
PPGCC/UFRJ
marcia@facc.ufrj.br

José Ricardo Maia de Siqueira
PPGCC/UFRJ – VAD/UFF
ricardomaia1011@gmail.com

Resumo: O ensino em contabilidade no Brasil passou por diversas mudanças. Tanto no período em que era realizado nas denominadas “aulas de comércio” quanto a partir do momento em que passou a ser considerado um curso superior, foram retiradas de sua matriz curricular diversas disciplinas que permitiam o acesso ao conhecimento além do puramente contábil. Nesse contexto, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar a preponderância da Racionalidade Instrumental ou da Racionalidade Substantiva na construção do saber do futuro profissional de contabilidade a partir das percepções dos coordenadores do curso de graduação em Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior (IES) pública, localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e a consonância destas com o Projeto Pedagógico da referida instituição. A fim de cumprir o objetivo proposto, utilizou-se o estudo de caso único na unidade de análise, o curso presencial em Ciências Contábeis oferecido pela IES. A coleta de dados foi feita a partir da realização de entrevistas semiestruturadas com os coordenadores, versando, no geral, sobre a matriz curricular empregada no curso. Os dados coletados foram analisados a partir do emprego da técnica denominada “Discurso do Sujeito Coletivo”. Constatou-se que os sujeitos da pesquisa consideram, no geral, disciplinas de cunho instrumental como sendo as mais relevantes para a formação do futuro profissional de contabilidade por serem mais pertinentes para o mercado, cenário que reflete a primazia da Racionalidade Instrumental no âmbito do curso de Ciências Contábeis.

Palavras-chave: Ensino em Ciências Contábeis, Racionalidade Instrumental, Racionalidade Substantiva.

1. Introdução

A evolução da educação no Brasil demonstra que esta teve, historicamente, uma origem elitista, tendo sido voltada aos interesses das elites (CAVALCANTI, 2016). De fato, embora a criação de cursos superiores, nos moldes europeus, tenha demorado três séculos para ocorrer no Brasil, o acesso a esses era extremamente reduzido e desigual, sendo desfrutado apenas por aqueles que pertenciam à elite da época (GOVEIA, 2009).

Com relação à evolução do currículo do curso de Ciências Contábeis, foi retirada, a partir das atualizações de normativas que o norteiam, a obrigatoriedade da inserção de diversas disciplinas propedêuticas que permitiam o acesso ao conhecimento além do puramente contábil.

Acerca da proposta curricular presente no currículo mundial (CM), com base em estudos anteriores, como os de Rezende, Carvalho e Bufoni (2017) e Murcia *et al.* (2015), denota-se que há um descompasso entre o referido currículo e o ofertado por IES brasileiras e, ainda, que os currículos de cursos de graduação em contabilidade no Brasil são mais rígidos e com orientações mais tecnicistas quando comparados aos currículos de IES estadunidenses e britânicas.

Tal rigidez e tecnicismo curricular vai de encontro à proposta formulada por estudiosos associados à Escola de Frankfurt para o desenvolvimento de uma educação emancipadora e se aproxima de um ensino calcado no que Guerreiro Ramos chamava de Racionalidade Instrumental.

Tendo o exposto acima como pano de fundo, este artigo tem como objetivo analisar a preponderância da Racionalidade Instrumental ou da Racionalidade Substantiva na construção do saber do futuro profissional de contabilidade, a partir das percepções dos coordenadores do curso de graduação em Ciências Contábeis de uma (IES) pública localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e a consonância destas com o Projeto Pedagógico da referida instituição.

2. Referencial Teórico

O referencial teórico encontra-se dividido em dois segmentos, no primeiro será abordada a evolução do ensino contábil no Brasil e, no segundo, serão abordadas as Racionalidades Instrumental e Substantiva sob a ótica de Alberto Guerreiro Ramos.

2.1. A Evolução do Ensino Contábil no Brasil

A queda da monarquia e o consequente surgimento da Primeira República resultou em um desenvolvimento socioeconômico para o país e, embora a cafeicultura ainda fosse a base da economia nacional, a produção industrial seguia assumindo importância. Além dessa melhora no cenário nacional, Saes e Cytrynowicz (2001) discorrem sobre, nesse período, ter ocorrido uma multiplicação de órgãos públicos, o que acarretou uma grande necessidade de mão de obra formada e qualificada para o desempenho das funções burocráticas, o que incluía os guarda-livros.

No que tange ao âmbito contábil, Academias de Comércio foram criadas em distintos pontos do território nacional, tais quais: Sociedade Anônima Academia de Comércio, em Juiz de fora, tendo sido fundada em 1891, embora efetivamente iniciada em 1894; a Escola Prática de Comércio de São Paulo, em 1902; e neste mesmo ano a Academia de Comércio do Rio de Janeiro; sendo essas declaradas instituições de utilidade pública pelo Decreto nº 1339, de 09 de janeiro de 1905 (LEITE, 2005).

Em 30 de junho de 1931, o Governo Federal elabora o Decreto nº 20.158 (BRASIL, 1931), no qual promoveu-se a regulamentação da profissão de contador e a reorganização do ensino comercial, sendo esses separados nos seguintes níveis: propedêutico, que permitia, aos concluintes, acesso aos cursos técnicos, com duração de três anos; técnico, com habilitação em secretário ou guarda-livros, dividido em um ano para a primeira - sendo esta a que possibilitava acesso a qualquer curso de nível superior -, e dois anos para a segunda; e curso de atuário e perito contador, com duração de três anos e que permitiam acesso ao nível superior, sendo este denominado “curso superior de administração e finanças” (SANTOS, 2016).

Diversas mudanças são introduzidas, o que leva a grade curricular do curso superior em Ciências Contábeis, segundo Leite (2005), a ter por objetivo a formação de profissionais com

perfil estritamente técnico - e não pesquisadores, questionadores e criativos. Isso, somado ao fato da obrigatoriedade de uma grade curricular engessada para todo o país, desconsiderando-se as especificidades regionais, prejudicou a evolução da profissão contábil no Brasil.

Em 1946 ocorreram dois fatos de extrema importância para a contabilidade no Brasil, se tornando um dos anos mais relevantes para a Ciência Contábil brasileira. O Decreto-lei nº 9.295 (BRASIL, 1946), no qual foram criados o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC); e o Decreto-lei 15.601 de janeiro de 1946, que tratou sobre a fundação da Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo (SCHMIDT; SANTOS, 2006).

Em 31 de março de 1964, um golpe de Estado depôs o presidente João Goulart e a política do país entrou em uma nova fase: a ditadura militar, que se estendeu por 21 anos e cinco presidentes militares. A tomada do poder pelos militares afetou de forma significativa a educação no Brasil, tendo reflexos na própria contabilidade.

No que tange ao ensino contábil no Brasil, faz-se necessário destacar o papel da FEA/USP que, em 1964, por iniciativa do professor José da Costa Boucinhas, introduziu uma nova forma de pensar a contabilidade, liderando a mudança na orientação didática do ensino de contabilidade geral - que, até então, tinha por base a escola italiana - para a escola americana, que passou a vigorar desde então (IUDÍCIBUS, 2006).

Em 1970 foi criado o primeiro programa de pós-graduação em Ciências Contábeis do Brasil, oferecido pela USP, tendo essa mesma instituição criado o programa de Doutorado em 1978; neste mesmo ano a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) criou seu programa de mestrado em Ciências Financeiras e Contábeis; e em 1984 foi disponibilizado o programa de mestrado em Ciências Contábeis da Fundação Getúlio Vargas, na cidade do Rio de Janeiro, posteriormente transferido à Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), onde continua funcionando (LEITE, 2005).

O fato de existirem apenas três cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis perdurou até o ano de 1998, sendo esses responsáveis pela formação dos docentes que atuavam em mais de 300 cursos de graduação em todo o território nacional – embora, à época, parte significativa dos docentes possuíssem formação em outras áreas do conhecimento, inclusive pela escassez de cursos *stricto sensu* na área contábil.

A quantidade expressiva e crescente de cursos de graduação em Ciências Contábeis segue destoando do quantitativo de programas de pós-graduação na mesma área, sendo estes, atualmente, 31 (CAPES, 2019), fato que pode afetar a qualidade dos cursos de graduação. Ademais, mesmo nos cursos de pós-graduação existentes, questões como a falta de disciplinas didático-pedagógicas e, ainda, a falta de equilíbrio entre a utilização de referências contábeis e educacionais (MIRANDA, 2010) também são pontos críticos no que tange ao ensino contábil no Brasil.

2.2. Guerreiro Ramos e as Racionalidades Instrumental e Substantiva

O desvirtuamento da razão e da própria Ciência Social estaria relacionado à sociedade centrada pelo mercado, estando essa em voga, ainda, no presente momento. Guerreiro Ramos (1989) defende que tal sociedade é dominada pela razão instrumental, pois o mercado tende a modelar a sociedade de forma a confundir-se com essa; assim, pensamentos típicos do mercado passam a ditar o caráter de um paradigma que norteia toda a sociedade.

O quadro 1, exposto a seguir, foi concebida com base na pesquisa de Serva (1997), na qual o autor elaborou um instrumento de análise com base nas obras de Guerreiro Ramos, a fim de analisar como as racionalidades instrumental e substantiva se materializam nas organizações.

Quadro 1 - Características da Racionalidade Instrumental

Racionalidade Instrumental	Componentes e Definições
Cálculo	Antevisão utilitária das consequências das ações humanas.
Fins	Metas técnicas, econômicas ou/e políticas.
Maximização dos recursos	Otimização máxima de todos os recursos na busca pelo retorno do investimento, independentemente de princípios éticos.
Êxito, resultados	O alcance de padrões considerados vitoriosos numa sociedade capitalista
Desempenho	Alta performance individual utilitária.
Utilidade	Dimensão econômica considerada acima de todas as demais, em todas as circunstâncias.
Rentabilidade	Medida do retorno econômico dos êxitos e resultados esperados.
Estratégia interpessoal	Ações planejadas com relação a reação que se espera do outro, de forma a obter o máximo de vantagem.

Fonte: Serva (1997)

Segundo Guerreiro Ramos (1989), no tipo de vida humana em que o mercado é o centro da sociedade, o comércio torna-se a essência da sociedade e a humanidade passa ser gerida com base em metas que destoam de um objetivo de emancipação humana; logo, a racionalidade instrumental é considerada um sinônimo de racionalidade em geral.

Assim, Guerreiro Ramos (1989) discorre sobre tal racionalidade estar pautada na busca de êxitos monetários e de poder, percebendo o indivíduo como apenas um critério de produtividade, sendo essa uma visão centrada no mercado. Ressalta o autor sobre, no momento histórico em que realizou seu estudo, inclusive a linguagem estar pautada por fins instrumentais, dificultando a oportunidade de persuasão de pessoas a partir do debate racional, visto que, em um mundo em que o cálculo utilitário dos fins passa a ser a referência para as ações humanas, a racionalidade desaparece.

Tal qual no quadro anterior, elaborada com base na pesquisa de Serva (1997), no quadro 2, a seguir, é demonstrada a categorização realizada pelo autor, desta vez acerca das características da Racionalidade substantiva, tendo o pesquisador utilizado como base, novamente, os preceitos de Guerreiro Ramos.

Quadro 2 - Características da Racionalidade Substantiva

Racionalidade Substantiva	Componentes e Definições
Autorrealização	Possibilidade de dar vazão às potencialidades de cada um, de forma a trazer satisfação.
Autenticidade	Honestidade, integridade e franqueza nas relações com o outro.
Julgamento ético	Conclusões advindas de análises racionais dirigidas pelo juízo de valor.
Autonomia	Condição plena de ação para os indivíduos.
Valores emancipatórios	Valores de mudança e aperfeiçoamento social visando o bem-estar coletivo, a solidariedade, o respeito a individualidade, a liberdade e ao engajamento dentro dos grupos.
Entendimento	Estabelecimento de acordos e consensos racionais mediadas pela livre comunicação, regidos pela responsabilidade e satisfação social.

Fonte: Serva (1997)

Em contraponto à racionalidade instrumental, Guerreiro Ramos (1989) denomina a racionalidade substantiva como uma característica inata da psique humana, sendo essa determinada pela crença em valores éticos ou que se manifestem próprios e sem relação com resultado. Portanto, nesse tipo de racionalidade os indivíduos engajam-se de forma mais ativa no processo de desenvolvimento social a partir de um conhecimento autônomo.

Assim, com base nas concepções de racionalidade instrumental e racionalidade substantiva, Guerreiro Ramos (1989) elabora sua crítica à sociedade em que objetivos econômicos dominam todas as searas da vida humana - incluindo o âmbito educacional - fazendo com que indivíduos tomem conceitos ligados à produtividade como sendo norteadores de todos os aspectos de sua vida.

Cabe-se ressaltar que, consoante o autor, as razões instrumental e substantiva coexistem, não apenas nas organizações, mas também nas subjetividades dos indivíduos, havendo uma contínua tensão inerente à existência humana (GUERREIRO RAMOS, 1981). Assim, ambas as racionalidades estão sempre em tensão, e a reflexão acerca da questão consiste no fato de que, muitas vezes, o indivíduo acaba por deixar-se tomar conta pela Racionalidade Instrumental, tornando-se cego diante da realidade e esquecendo-se de seu lado substantivo (BELLUCCI, 2015).

A primazia da Racionalidade Instrumental nos mais diversos tipos de organizações resulta em uma sociedade centrada no mercado, responsável pela insegurança psicológica, pela degradação da qualidade de vida, pela poluição e pelo desperdício dos recursos naturais do planeta, dado que esta racionalidade é caracterizada pelo egocentrismo (LIMA; AMORIM; FISCHER, 2015; SERVA, 1997).

Destacam Souza e Ornelas (2015) que a hegemonia da Racionalidade Instrumental abafa uma verdadeira e saudável ordem social, sendo essa percepção unidimensional da razão, associada a critérios utilitaristas de produtividade, muitas vezes respaldada e fortalecida com a permissividade das Ciências Sociais, especialmente das Ciências Organizacionais.

De fato, a preponderância da Razão Instrumental vai além do âmbito do mercado, do controle e do Estado, estando, também, presente em cursos de graduação tanto no Brasil quanto no exterior, visto que é um fenômeno global que busca subserviência da vida humana como um todo (BARROS; PASSOS, 2000).

3. Metodologia

O presente trabalho possui uma abordagem qualitativa. Creswell (2014) apresenta a abordagem qualitativa como sendo aquela em que são utilizadas estruturas teóricas nos estudos dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os sujeitos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. Ainda segundo o autor, o relatório final ou a apresentação incluem as vozes dos participantes, a reflexão do pesquisador, uma descrição complexa e a interpretação do problema, assim como sua contribuição à literatura ou mesmo um chamado à mudança.

Este estudo é caracterizado, também, como sendo de abordagem crítica. Discorrem Lourenço e Sauerbronn (2016) acerca da referida abordagem ter como fim, além do conhecimento científico conhecido, a libertação e emancipação das forças que limitam as subjetividades dos indivíduos, sendo modelada por estudos de cunho marxistas e interpretativos nos quais são analisados *insights* e julgamentos dos sujeitos, e tendo como observação métodos interpretativos acrescidos de autorreflexão crítica.

Considerou-se o estudo de caso como sendo adequado, tendo em vista que esta pesquisa constitui uma investigação empírica na qual é analisada um fenômeno contemporâneo e, ainda,

sendo este examinado em profundidade dentro do seu contexto empírico, o que coaduna com o preconizado por Yin (2001, p.64) no que tange à caracterização da referida abordagem metodológica. O foco do estudo de caso é o curso de Ciências Contábeis de uma instituição de ensino superior (IES) pública localizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Realizou-se, ainda, uma análise documental baseada no Projeto Pedagógico do referido curso, o qual está disponível para que qualquer pessoa tenha acesso no próprio *website* da instituição. Para Yin (2001, p.109) a informação documental é considerada fundamental para os estudos de caso, servindo, principalmente, para corroborar e aumentar evidências oriundas de outras fontes, podendo fornecer detalhes específicos capazes de confirmar – ou não – as informações dessas fontes de dados.

Foram feitas entrevistas semiestruturadas com os coordenadores do curso de Ciências Contábeis da IES, realizadas no segundo semestre de 2019, tendo sido ambas gravadas e transcritas na íntegra. Ressalta-se que foi apresentado aos entrevistados o “Termo de consentimento livre e esclarecido”, o qual, após as devidas explanações acerca deste estudo, foram assinados pelos sujeitos da pesquisa.

Na análise dos dados foi usada a técnica do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), criada pelos pesquisadores Fernando Lefevre e Ana Maria Cavalcanti Lefevre no âmbito da Universidade de São Paulo, onde busca-se ter acesso, a partir das perspectivas da Teoria das Representações Sociais, às representações sociais de sujeitos ou grupos em um determinado espaço e tempo.

Segundo Lefevre e Lefevre (2012, p.17), a técnica foi elaborada com o propósito de elaborar discursos-síntese dos conteúdos e argumentos, explicitados a partir de percepções semelhantes, compartilhados por indivíduos de determinados grupos, comunidades ou sociedades.

A utilização da técnica do DSC nos dados coletados deve ser realizada com base em alguns operadores, quais sejam: as Expressões-Chave (EC); as Ideias Centrais (IC); as Acoragens (AC) – não obrigatória –; a Categorização; e a elaboração do Discurso do Sujeito Coletivo. Para a operacionalização da técnica do DSC foi utilizado o *software* Qualiquantisoft®, tendo este sido elaborado por empresa contratada a partir das indicações dos criadores da técnica.

Por fim, baseou-se nos quadros 1 e 2, para fins de análise dos discursos do sujeito coletivo elaborados, no que tange a primazia da racionalidade instrumental ou da racionalidade substantiva, especialmente no que concerne as disciplinas presentes no projeto pedagógico do curso.

4. Análise dos Resultados

Nesta subseção são apresentadas as Ideias Centrais e Categorias emergidas com base na análise dos dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os coordenadores do curso de Ciências Contábeis sujeitos do estudo.

Visto que são apenas dois respondentes participantes nesta parte da pesquisa – os dois coordenadores do curso de contabilidade da IES – foram consideradas apenas as Ideias Centrais identificadas nos discursos de ambos os sujeitos, a fim de que fosse possível a elaboração do DSC.

No quadro 3, a seguir, são apresentadas as Ideias Centrais e as Categorias advindas dos discursos dos Coordenadores de curso às assertivas que compuseram o roteiro de entrevista, igualmente explicitadas abaixo.

Quadro 3 – Categorias e Ideias Centrais emergidas a partir das entrevistas com coordenadores

Assertiva	Ideias Centrais	Ancoragens	Categorias
1 – Quais são os pilares do curso de graduação em contabilidade da instituição?	Ensino, pesquisa e extensão	-	A
2 – De que forma tais pilares influenciaram na elaboração da atual matriz curricular?	A primeira preocupação foi com as disciplinas contábeis	-	B
3 – A atual matriz curricular está composta, também, por três disciplinas que visam a formação humana do indivíduo. Por qual razão apenas três disciplinas e qual sua relevância?	Utilidade	Falta de valor dado às disciplinas de humanas por parte dos contadores	C
4 – Qual sua percepção, sobre a mudança ocorrida no Projeto Pedagógico na qual os discentes de contabilidade passaram a não mais ser exigidos sobre cursar disciplinas de outras áreas do saber em outros cursos de graduação.	Irrelevante	-	D
5 – Percebe algum tipo de resistência (seja por parte de docentes, discentes, dentre outros) quanto à presença de tais “disciplinas que visam a formação humana” no curso de graduação?	Talvez por parte dos alunos e professores dos “departamentos de fora”	-	E
6 – Qual o perfil do profissional contábil que se busca formar na instituição?	Formação para o mercado e profissional que proponha soluções	-	F

Fonte: Elaborado pelo autor.

Consoante o explicitado no quadro 3, foram identificadas seis Ideias Centrais para os discursos coletados a partir das entrevistas, sendo: “Ensino, pesquisa e extensão”, para a primeira assertiva; “A primeira preocupação foi com as disciplinas contábeis”, na segunda; “Utilidade”, com relação à terceira; “Irrelevante”, para a quarta; acerca da quinta, “Talvez por parte dos alunos e professores dos “departamentos de fora””; e, por fim, “Formação para o mercado e profissional que proponha soluções” para a sexta questão. O fato de serem apenas dois entrevistados explica a baixa quantidade de Ideias Centrais por assertiva, tendo sido encontrada uma para cada questão.

Pela primeira e única vez na presente pesquisa houve a emergência de uma Ancoragem, sendo essa relacionada à assertiva de número três, e denominada “Falta de valor dado às disciplinas de humanas por parte dos contadores”. As Ancoragens, que podem ou não aparecer nos discursos, são trechos nos quais o pesquisador constata algum tipo de crença, ou ideologia,

que embora não tenha sido explicitamente declarada por parte do respondente, está “por trás” do texto e são ditas como uma afirmação qualquer.

A seguir é apresentado o DSC referente à IC “Ensino, pesquisa e extensão”, tendo sido elaborado com base nas respostas concedidas pelos Coordenadores de curso à primeira assertiva.

“Na minha concepção a base do curso é o "ensino, pesquisa e extensão", até para atender o que a universidade coloca, sendo a extensão cada vez mais exigida. Na parte do ensino, preparando o estudante de contabilidade para atender à sociedade como um todo e, dentro dessa sociedade, atender ao mercado, às empresas, estando sempre atualizado com essa questão da renovação da contabilidade como uma ciência social, visando atender às necessidades das pessoas, sejam físicas ou jurídicas, a parte toda da evolução contábil brasileira e convergência às práticas internacionais. Tudo isso já está inserido dentro do nosso Projeto Pedagógico, assim como as ementas também estão atualizadas, buscando sempre estar em sintonia com o que é exigido na contabilidade e atender às necessidades das pessoas físicas e jurídicas. Além disso, há um incentivo à pesquisa, até por estarmos em uma instituição pública, que dispõe de estrutura para isso, e até bolsa de iniciação científica, então especificamente sobre o curso de contábeis, há o programa de mestrado e doutorado, professores que atuam no programa também atuam na graduação, e esses participam de grupos de pesquisa; ademais, desde o início, temos que colocar isso em prática com os alunos da graduação, seja incentivando artigos, ou mesmo com a monografia, iniciação científica, etc; isso demanda esforço de muitos professores, o que nem sempre chegamos a um bom nível, mas sempre há essa necessidade.” (DSC A1)

No início de seu discurso, é ressaltado pelo Sujeito Coletivo que, no que tange ao ensino, o discente do curso de Ciências Contábeis é preparado para atender à sociedade como um todo, embora com especial ênfase no atendimento aos ensejos das organizações, a partir da apresentação de toda evolução contábil brasileira e da convergência às práticas internacionais.

Ainda de acordo com o Sujeito Coletivo, o curso de Ciências Contábeis da IES é norteado com base no pilar “ensino, pesquisa e extensão”, sendo ressaltado por ele, inclusive, que essa é uma exigência da Universidade.

O Sujeito Coletivo destaca que, no geral, além de muitos docentes que atuam na pós-graduação também darem aulas na graduação, os alunos do curso de contabilidade são estimulados a participarem de projetos de pesquisa, seja pela estrutura da IES ou mesmo por meio de bolsas de iniciação científica. De acordo com Severino (2009), incentivar a participação de alunos, ainda na fase da graduação, à prática da pesquisa, é o caminho mais adequado para a efetivação do processo de aprendizagem, visto que, consoante o autor, de nada vale ensinar métodos e técnicas se não houver o entendimento por parte dos sujeitos acerca do processo epistêmico da prática investigativa; ademais de discentes do curso de Ciências Contábeis considerarem a pesquisa no âmbito da graduação como sendo relevante para sua formação (FISCHBORN; JUNG, 2012).

O segundo discurso emanado pelo Sujeito Coletivo Coordenador e elaborado a partir da IC “A primeira preocupação foi com as disciplinas contábeis”, acerca da segunda pergunta realizada, na qual se questiona “de que forma tais pilares influenciaram na elaboração da atual matriz curricular”, é apresentado a seguir:

“Entendo que influenciaram no Projeto Pedagógico, o qual foi implementado em 2013, e o primeiro pilar com relação ao qual houve preocupação foi com a contabilidade. Foram criadas novas disciplinas, como Avançada 2, pois só havia a 1, para dar mais consistência para o aluno; também com a parte de contabilidade pública, para a qual foram também criadas disciplinas, tanto obrigatórias quanto optativas, igualmente para dar mais substância ao aluno, pois o mercado tem exigido muito isso de nós profissionais da área. Também na questão dos estágios, temos estágios supervisionados, que é lá no quinto período, de trezentas horas, no qual o aluno faz o estágio, né, ele tem uma disciplina obrigatória, na qual ele tem que se inscrever na disciplina. Há também as disciplinas obrigatórias, por exigência do MEC, e as optativas, que a gente oferece de acordo com o período, como contabilidade internacional. Além disso, temos também, por uma imposição da IES, que diz que todo curso da instituição tem que ter 10% de extensão, então, no nosso curso, com 3300 horas, a gente divide isso pegando algumas disciplinas que poderiam ser feitas em extensão, o que chamamos de disciplinas mistas, nas quais o aluno tem uma parte teórica, em sala de aula, e depois tem um trabalho de extensão com a comunidade, então ele é obrigado a fazer três disciplinas dessas de projetos, nas quais ele pode fazer qualquer projeto de qualquer outra área ou qualquer outro curso, sendo que esses projetos agora são disponibilizados no sistema da IES, mas nós temos nossos projetos próprios, como o projeto de imposto de renda, onde o aluno tem treinamento, faz o atendimento do cidadão, realizando seu imposto de renda, então a gente vai desenvolvendo projetos.” (DSC B1).

Em seu segundo depoimento, o Sujeito Coletivo ressalta entender que a influência dos “pilares” que norteiam o curso de Ciências Contábeis da IES repercutiu na Matriz Curricular a partir da elaboração do Projeto Pedagógico atual, elaborado em 2013, e no qual foram levadas em consideração, primeiramente, as disciplinas do âmbito contábil, inclusive a partir da criação de novas, como “Contabilidade Avançada II” as da área de “Contabilidade Pública”, a fim de “dar mais substância ao aluno”, o que está relacionado ao que o mercado requer por parte dos profissionais da área.

Também é destacado que, ademais do requisito do estágio supervisionado, requerido dos discentes, é novamente explicitado a prática e o oferecimento de projetos de extensão com a comunidade local, para os quais os alunos do curso são requeridos a participar, a partir das disciplinas de projetos, seja em extensão do próprio curso de contabilidade, como o de realização de Imposto de Renda para o cidadão, ou demais ofertas disponibilizadas em outros cursos da IES. A existência de projetos de extensão na universidade, além de ser um requisito legal, é relevante, já que atividades dessa natureza buscam aproximar a universidade e a comunidade (TAUCHEN; FÁVERO, 2011).

O terceiro discurso, emergido a partir da IC “Utilidade”, elaborado com base nas percepções do Sujeito Coletivo Coordenador, abordando a terceira pergunta do roteiro de entrevista, na qual questiona-se a relevância da presença, no Projeto Pedagógico, de disciplinas que visam a formação humana, é explicitado a seguir:

“No meu entendimento a maioria dessas disciplinas são fundamentais para qualquer área, não só na contabilidade, mas mesmo nas áreas mais exatas, como matemática, qualquer que seja, é necessário abordar esses temas, pois as pessoas têm que pensar de maneira diferente, pensar em outros temas que abordem a vida em sociedade, e isso é muito importante. No caso da contabilidade, que é uma ciência social aplicada, é preciso ter interação com outras pessoas,

o contador também tem que se relacionar para ter sucesso em sua vida acadêmica e profissional, então acho que são subsídios que são trabalhados durante a graduação e que são essenciais para a vida, seja ela acadêmica, caso a pessoa opte por ela, ou mesmo no mercado, para onde vai a grande maioria dos que estão no curso. Em algumas dessas disciplinas, embora teóricas, busca-se trazer profissionais, empresários, para falar e situar o aluno dentro de um mercado de trabalho, né, pois são disciplinas aplicadas, como no caso da ética, que é aquela que o profissional contábil deve ter em sua profissão, ou seja, a conduta do profissional perante a sociedade, seu conselho, sua ética como um todo, então o aluno aprende isso, pois se o aluno não se enquadrar nessa ética ele estará alijado do processo como um todo, entendeu.” (DSC C1).

No entendimento do Sujeito Coletivo, consoante explicitado no “DSC C1”, a presença da maioria dessas disciplinas que visam a formação humana – conforme nomenclatura utilizada no Projeto Pedagógico - é relevante não apenas na contabilidade, mas em qualquer área do conhecimento, visto que, a partir delas, os indivíduos passam a compreender de forma mais aprofundada a vida em sociedade.

No que tange à contabilidade, no discurso do Sujeito Coletivo percebe-se que o entendimento acerca da relevância da presença de tais disciplinas está atrelada à necessidade do profissional contábil se relacionar para com outros, a fim de alcançar um “sucesso em sua vida acadêmica e profissional”; ou seja, embora, de fato, seja apontado por pesquisadores da seara contábil que o desenvolvimento de aspectos relacionados à comunicação do profissional da área seja relevante (TROMBETTA; CORNACCHIONE, 2005), inclusive, a partir da presença de disciplinas humanísticas, o entendimento do Sujeito Coletivo está atrelado à uma lógica instrumental, visto que entende que a importância de áreas humanísticas consiste em objetivos mercadológicos.

Cabe-se destacar a parte final do discurso, na qual é apontado que nas aulas de tais disciplinas, majoritariamente teóricas, busca-se convidar empresários e demais profissionais da área contábil a fim de que esses possam “situar os alunos dentro do mercado de trabalho” e que, ainda, o futuro profissional “se enquadre na ética existente na área, a fim de que não seja alijado do processo como um todo”, dando, assim, um contorno “adaptativo” a disciplinas que têm como essência, conforme apontado por Silva *et al.* (2019), a busca pela compreensão e análise dos problemas de natureza pública da nossa era.

Com base na análise dos dados coletados a partir das respostas concedidas pelos Coordenadores de Curso à terceira assertiva, foi possível notar que, pela primeira – e única – vez nesta pesquisa, emergiu uma ancoragem, sendo explicitado o discurso elaborado a partir da IC denominada “Falta de valor dado às disciplinas de humanas por parte dos contadores” e explicitado a seguir:

“Há disciplinas, como Filosofia das Organizações, optativa, que seriam mais para o lado de humanas, e que, particularmente não considero relevante, e que nem oferecemos, embora esteja no currículo, pois não existe demanda aqui, porque nós contadores não temos muita vivência, a gente não tem muita paciência com Filosofia não, e a gente até sofre muito quando faz alguma situação no curso que a gente demanda com outros profissionais que dão muito valor a isso, como economistas, advogados, eles dão muito valor a isso, à Filosofia, e nós não.” (DSC C2).

Nota-se, a partir da leitura do “DSC C2”, que o Sujeito Coletivo Coordenador entende que algumas disciplinas humanísticas, como “Filosofia das Organizações”, não são relevantes para a formação do profissional contábil, sendo comentado, inclusive, que embora tais disciplinas constem no Projeto Pedagógico, não tendem a ser oferecidas por, entre outros motivos, a falta de demanda.

Ainda, discorre o sujeito acerca do entendimento acerca dos contadores não “darem valor” à áreas do saber como a Filosofia por, entre outras razões, não “terem paciência com a Filosofia”, o que resultaria em uma desvantagem, em certas situações, quando o profissional contábil se depara com profissionais formados em cursos nos quais se dá maior relevância à mencionada área do saber.

Cabe ainda destacar que, na perspectiva do Sujeito Coletivo em voga, ao preterir disciplinas humanísticas – conforme mencionado no discurso acima – no que tange ao processo de formação do contador e, por outro lado, destacar que as disciplinas contábeis foram “o primeiro pilar com relação ao qual houve preocupação” – consoante explicitado no discurso “B1” - no momento da elaboração do Projeto Pedagógico, denota-se um ênfase instrumental acerca da matriz curricular do curso.

A seguir é apresentado o quarto discurso elaborado com base na Ideia Central “Irrelevante”, relacionada à quarta assertiva, na qual questionou-se sobre a mudança ocorrida no Projeto Pedagógico, na qual os discentes de contabilidade passaram a não mais ser exigidos sobre cursar disciplinas de outras áreas do saber em outros cursos de graduação:

Na minha opinião a retirada da exigência é algo irrelevante, pois não agregava ao discente. Porque na realidade, olha só, a ideia inicial disso era muito legal, pois o aluno ia buscar uma disciplina em outro curso, né, mas o negócio estava ficando fora do nosso controle, e um dos fatores é que acontecia de você, aluno de Ciências Contábeis, ao querer fazer uma disciplina, por exemplo, de biblioteconomia, ficar com falta de requisito, entende, qualquer disciplina que eu fizer fora do meu curso vai ser fora de requisito; outro fator, o aluno deveria ter oito créditos fora do curso, então ele não conseguia ter esses 8, porque o aluno de Ciências Contábeis é muito diferenciado, né, eu sempre digo isso, porque ele tem entra e no terceiro, quarto período, já consegue estágios, empregos, então o tempo dele que era pequeno fica ainda menor; os outros cursos, durante o dia, ele não consegue fazer, o que é diferente de um curso de letras, licenciatura, que tem aula manhã e tarde, então ele não conseguia fazer; e outra questão é que muitas vezes, apenas para cumprir o currículo, o aluno ia fazer disciplinas como ambiente e não sei o quê de nutrição, o que não tinha nada a ver; completava o currículo, mas agregava em quê para ele no curso? Quando isso foi pensado a ideia era que o aluno de contábeis pudesse ver, por exemplo, custos na área odontológica, mas não tem essa disciplina lá, entende, custos na área de direito, mas não tem isso no Direito, então o aluno ficava deslocado do curso dele, entendeu, era problemático. A própria comissão do MEC, quando esteve aqui, não viu com bons olhos isso. Na minha percepção é algo que não agrega para o aluno. (DSC D1)

O Sujeito Coletivo Coordenador discorre, conforme explicitado no (DSC D1), sobre, na sua opinião, a mudança ocorrida no momento da elaboração do atual Projeto Pedagógico, no que tange aos discentes passarem a não ter a obrigatoriedade de cursarem disciplinas de outros cursos, ser irrelevante, pois não agregava ao aluno do curso de Ciências Contábeis.

É abordado no discurso o fato de que a citada exigência causava transtornos burocráticos tanto aos alunos quanto para a coordenação, especialmente relacionados a critérios de “falta de

requisito” para que certas disciplinas pudessem ser cursadas pelos discentes, o que resultava em transtornos para as partes mencionadas.

Outra dificuldade encontrada pelos alunos, e apontada no discurso, consistia no fato de que em outros cursos as disciplinas são oferecidas durante o período diurno, o que se tornava inviável para os discentes de contabilidade, por esses, normalmente, ingressarem no mercado de trabalho em períodos iniciais.

O Sujeito Coletivo, então, aborda a sua percepção acerca da exigência que os alunos possuíam, sobre necessitar cursar disciplinas em outros cursos, ter passado a não mais ser obrigatória não ter sido relevante, visto que, em sua opinião, tal ato não agregava em sua formação, pois, em muitos casos, o aluno decidia cursar “*ambiente e não sei o quê de nutrição*”, e não disciplinas como “*custos na área odontológica*”, como inicialmente foi planejado pelo programa, ou seja, que estivessem relacionadas, de alguma forma, à prática do contador no mercado.

Sobre tal entendimento, cabe-se ressaltar que, ademais da afirmação sobre uma disciplina ou área do saber não ser relevante para a formação de um profissional ser subjetiva, em outros países, a prática da interdisciplinaridade no curso de contabilidade é, inclusive, requerida obrigatoriamente (MURCIA *et al.*, 2015).

O DSC elaborado a partir da quinta IC e da categoria “E”, emergido das respostas concedidas pelo Coordenadores de curso à quinta assertiva, é demonstrado a seguir:

“Não vejo resistência à presença de tais disciplinas, nunca ouvi, por exemplo, em reuniões de departamento, alguém se manifestando a favor de retirar essas disciplinas da matriz curricular. Pode ser que, com essas novas propostas de governo, isso possa influenciar no pensamento de outras pessoas que ainda não se manifestaram, mas por enquanto não chegou nenhuma manifestação nesse sentido. Talvez exista por parte dos alunos e, ainda, dos professores dos chamados “departamentos de fora”, porque, por exemplo, se você ver disciplinas como matemática, existe uma barreira muito grande com ela, por parte dos alunos e dos professores, né, porque os professores de matemática não são nossos professores, são do Instituto de Matemática, então todo início de semestre eu converso com os professores de matemática, de estatística, e digo o seguinte “vocês estão dando uma disciplina para futuros contadores, e não para futuros matemáticos”, então tem que ter uma diferença, assim como quando o cara vem dar a sociologia, eu digo olha, aqui é o curso de Ciências Contábeis, então, entendeu, não adianta; mas sim, existe uma barreira por parte dos alunos e dos próprios professores, existe sim.” (DSC E1).

Conforme ressaltado pelo Sujeito Coletivo no “DSC E1”, embora tenha comentado que não sentiu quaisquer tipos de resistência à presença de disciplinas “que visam a formação humana” no próprio Departamento de Ciências Contábeis, em seu entendimento, tal oposição ocorre por parte tanto de docentes externos quanto de discentes do curso de contabilidade.

Acerca dos docentes, é ressaltado que, dado que muitos professores de disciplinas dos chamados “departamentos de fora” não atuam no âmbito do ensino em contabilidade, ocorre desses, em certos momentos, não se sentirem confortáveis, visto que os coordenadores pedem a esses que tenham em mente o fato de estarem “dando aula para futuros contadores”, e não para, por exemplo, discentes do curso de Sociologia.

A seguir é explicitado o DSC referente às respostas concedidas à assertiva de número seis, na qual indagou-se acerca de qual o perfil do profissional contábil que se visa formar no

curso de contabilidade da IES, e referente à IC “Formação para o mercado e profissional que proponha soluções” e, ainda, classificado como sendo da categoria “F”;

“É uma formação para o mercado, só visa o mercado! Sabe por quê? O currículo aqui, o Projeto Pedagógico, está alinhado com o mercado, com as diretrizes do MEC e com o Conselho Federal de Contabilidade, então não adianta fazer um Projeto Pedagógico em que eu coloque disciplinas que, ao aluno chegar no final do curso, ele vá fazer o Exame de Suficiência, não cai nada daquilo, como ocorre em muitas instituições, então, não adianta colocar disciplinas que o aluno vai chegar no mercado e ele vai ficar perdido, não adianta, e nem disciplinas que estejam fora das diretrizes do MEC, então você tem que alinhar tudo isso; o MEC dá a diretriz, a gente pega e joga no mercado para oferecer o que o mercado precisa, tanto que eu costumo dizer que o Projeto Pedagógico, e eu acredito sempre nisso, que hoje ele tem que ser um Projeto Pedagógico vivo, né, estar aberto para mudanças, porque o mercado, a vida, está mudando muito, e a nossa área contábil está mudando muito, então o contador, hoje em dia, que não é mais aquele que se limitava a fazer escrituração contábil, ele tem que ser o orientador mesmo, contar para o empresário a real tributação como é ou não é, um profissional que consiga entender as necessidades sociais do momento, que consiga, além de entender, propor soluções para isso, então nós buscamos isso, acredito que esse é o caminho a ser seguido.” (DSC F1)

De acordo com o Sujeito Coletivo, no curso de graduação em Ciências Contábeis da IES há um viés, no que tange à formação dos discentes, estritamente mercadológico, visto que, conforme ressaltado, não é relevante, por exemplo, adicionar disciplinas no Projeto Pedagógico que não sejam requeridas tanto no Exame de Suficiência quanto pelo mercado de trabalho, pois “não adiantaria, como, de fato, ocorre em outras IES”.

É destacado no discurso, ainda, que o contador “não é mais aquele que se limitava a fazer escrituração contábil”, pois, no entendimento do Sujeito Coletivo, tal profissional deve, dentre outros pontos, “ser o orientador, contar para o empresário a real tributação como é ou não é”. Conforme discorrido previamente na presente pesquisa, o entendimento acerca do “novo perfil do contador”, advindo das mudanças ocorridas após a adoção das normas internacionais de contabilidade no Brasil, o caracteriza como sendo um profissional que passa a necessitar de ter sua criticidade estimulada (ESPEJO *et al.*, 2010; PAULO; CARVALHO; GIRÃO, 2014) por – em consonância com o apontado pelo Sujeito Coletivo – não mais serem limitados à realização da escrituração contábil, quando, segundo Iudícibus (2006, p.3), os profissionais contábeis não estavam acostumados a pensar, e sim a obedecer. Ainda sobre esse ponto, cabe-se ressaltar que, consoante Malusá *et al.* (2015), áreas do saber como, dentre outras, a Filosofia, que tendem a funcionar como um estímulo ao desenvolvimento da criticidade dos discentes da contabilidade – mas não só dela –, normalmente não são consideradas como sendo relevantes na formação dos discentes do curso de Ciências Contábeis, o que, conforme explicitado no “DSC W2”, está em consonância com o entendimento do Sujeito Coletivo.

5. Considerações Finais

No Projeto Pedagógico do curso são apresentados argumentos nos quais é verbalizada a relevância de uma formação que seja, também, voltada para a formação do indivíduo. Na parte inicial do referido projeto é ressaltado que a contabilidade deve assumir um papel que conduza as organizações a uma postura socialmente responsável, sendo tal mudança possível, apenas, a partir da formação multidisciplinar dos profissionais da área; ainda, é mencionado

que o curso de Ciências Contábeis não pode ter seus objetivos restritos à formar profissionais que possam elaborar, por exemplo, demonstrações financeiras sofisticadas, pois é necessário ter a preocupação com a formação do sujeito e sua noção de responsabilidade perante à sociedade, sendo requerida uma “mudança de mentalidade” na formação dos profissionais contábeis, a fim de que se quebre a formação eminentemente técnica daquele que sabe fazer, mas não por que o faz.

A seguir é apontado, acerca do cenário apresentado no parágrafo anterior, que no curso sob análise transcende-se a formação profissional tecnicista e mecanicista, por essa, anteriormente, ser calcada em um modelo formativo que privilegiava a memorização de modelos e técnicas, e, o atual modelo, privilegiar o entendimento técnico, lógico, a criatividade, as relações interdisciplinares, bem como a capacidade de construir o conhecimento; além disso, é dito, ainda, que busca-se oferecer aos egressos formação humanística adequada ao exercício profissional o habilitando a compreender o meio em que vive, seja social, político, econômico ou cultural.

Acerca da percepção do Sujeito Coletivo Coordenador, foi destacado que, ademais de outras percepções, a formação do discente do curso de Ciências Contábeis é voltada exclusivamente para a lógica de mercado e que, ainda, disciplinas propedêuticas, como a denominada “Filosofia das Organizações”, quando em comparação às disciplinas técnicas, não são consideradas relevantes para a formação do profissional contábil.

Ainda com relação ao Sujeito Coletivo Coordenador, identificou-se que seu discurso acerca da formação do discente de Ciências Contábeis não coaduna com o exposto no Projeto Pedagógico do curso, visto que, por exemplo, ao passo que no citado documento é explicitado ser necessário ocorrer uma mudança de mentalidade na formação dos profissionais contábeis a fim de que se quebre a formação eminentemente técnica, o discurso, na realidade, reforça o processo de formação atrelado à perspectiva tecnicista.

Sobre essas percepções, conforme mencionado anteriormente na presente pesquisa, áreas do saber como, entre outras, a Filosofia, que tendem a funcionar como um estímulo ao desenvolvimento da criticidade dos discentes da contabilidade, poderiam auxiliar na citada quebra da formação eminentemente técnica e na formação humanística; contudo, tal área do saber não foi considerada relevante para a formação do contador pelo Sujeito Coletivo.

Consoante Oliveira, Cruz e Bufoni, (2019) constataram, a partir de entrevistas realizadas com docentes do curso de Ciências Contábeis de distintas IES públicas localizadas no estado do Rio de Janeiro, que, ademais da Filosofia ser considerada relevante para a formação do profissional contábil, tanto no aspecto profissional quanto no pessoal, um dos desafios encontrados para a aplicação de uma maior presença de tal área do saber nos cursos de contabilidade é a de demonstrar a sua relevância para os discentes.

Ora, com base nos Discursos do Sujeito Coletivo Coordenador, se os próprios profissionais responsáveis pela elaboração das Matrizes Curriculares nas IES, compartilham a crença de que os profissionais contábeis “não gostam” de áreas do saber como a Filosofia, usando tal argumento, inclusive, para explicar a não oferta delas na prática do curso por uma dita “falta de demanda” por parte dos alunos para com as disciplinas dessa linha, fica o seguinte questionamento: como se esperar uma mudança nesse cenário?

Dessa forma, depreende-se que há um “desnívelamento” no que tange ao equilíbrio das tensões das Racionalidade Instrumental e Substantiva no âmbito do curso de Ciências Contábeis, visto que há uma primazia quase absoluta daquela por parte dos sujeitos envolvidos na prática do curso, explicitada na presente pesquisa a partir do que é considerado relevante ou não por

coordenadores de curso, no âmbito da matriz curricular, para fins de formação do profissional contábil.

Portanto, o cenário apontado por Souza e Ornelas (2015), no qual há uma perspectiva unidimensional da razão, associada a critérios utilitaristas de produtividade, sendo fortalecida e respaldada pelas Ciências Sociais, ocorre, igualmente, no âmbito do curso de Ciências Contábeis. Desse modo, na formação no curso de Ciências Contábeis não há, no geral, estímulos relacionados à Racionalidade Substantiva, como valores emancipatórios, éticos, autônomos, dentre outros, influenciando a subjetividade dos sujeitos imersos em tal seara.

Por fim, denota-se que, visto que tanto no seio do curso de Ciências Contábeis – apontado, nesta pesquisa, a partir das percepções do Sujeito Coletivo Coordenador –, quanto no âmbito da pesquisa contábil (HOMERO JÚNIOR, 2017), existe uma subordinação aos interesses da profissão contábil e, portanto, não é uma surpresa que os demais indivíduos envolvidos na prática da formação do contador, docentes e discentes, possivelmente também tenham suas subjetividades influenciadas pela “proliferação do credo mercadológico”.

Nesse sentido, sugere-se que em estudos futuros os pesquisadores se dediquem à analisar a primazia da racionalidade instrumental ou da racionalidade substantiva em cursos de Ciências Contábeis em outras regiões do país, assim como a percepção dos demais sujeitos inseridos na formação do contador, dado que as especificidades locais, assim com o *locus* de enunciação de cada ator, podem impactar em tal análise.

6. Referências

BARROS, Manoel Joaquim Fernandes de; PASSOS, Elizete Silva. Remando a favor da maré: racionalidade instrumental no curso de administração de empresas. **Organizações & Sociedade**, v. 7, n. 19, p. 161-174, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v7n19/11.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2018.

BELLUCCI, Christiane Ferreira. **Tensão entre racionalidades (instrumental e substantiva) em paralelo a formas de cultura organizacional**: um estudo de caso em escola básica de tempo integral. 2015. 229 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Curso de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135788>. Acesso em: 11 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº. 20.158, de 30 de junho de 1931. **Organiza o ensino comercial, regulamenta a profissão de contador e dá outras providências**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20158-30-junho-1931-536778-republicacao-81246-pe.html>. Acesso em: 27 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº. 9.295, de 27 de maio de 1946. **Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências..** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9295-27-maio-1946-417535-norma-pe.html>. Acesso em: 27 jul. 2018.

CAVALCANTI, Maria da Conceição Monteiro. **A expansão do ensino superior à distância no IFPB**: um estudo da implantação do Curso de Administração Pública no âmbito do Programa Nacional de Administração Pública-PNAP. 2016. 347 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal,

2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/21428>. Acesso em: 22 jun. 2018.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR – CAPES. **Relação de Cursos Recomendados e Reconhecidos**. 2019. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/listaPrograma.jsf>. Acesso em: 02 out. 2019.

CRESWELL, John. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Rio de Janeiro: Penso Editora, 2014.

ESPEJO, Márcia Maria dos Santos Bortolucci. *et al.* Uma abordagem institucional do subjetivismo responsável na adoção das normas internacionais de contabilidade: uma análise crítico-reflexiva sobre os inibidores à convergência no Brasil. **Estudos do ISCA**, n. 2, p. 1- 23, 2010. Disponível em: <http://revistas.ua.pt/index.php/estudosdoisca/article/view/804/pdf>. Acesso em: 11 jul. 2018.

FISCHBORN, Nádia Heloisa; JUNG, Carlos Fernando. Perfil e expectativas de alunos de Ciências Contábeis e a relação com as demandas do mercado. **Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis**, v. 1, n. 1, 2012. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/contabeis/article/view/48/44>. Acesso em: 05 jul. 2019.

GOVEIA, Luana. **Ensino superior público e privado no Brasil e no Chile desde as reformas educacionais de 1968 e de 1981 até a década de 2000**: financiamento, acesso e desigualdade. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/7108>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.

HOMERO JÚNIOR, Paulo Frederico. Paradigma e ordem do discurso da pesquisa contábil brasileira. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 10, n. 1, p. 039-053, 2017. Disponível em: <http://asaa.anpcont.org.br/index.php/asaa/article/view/301>. Acesso em: 04 jul. 2019.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de representação social**: um enfoque qualiquantitativo. 2. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

LEITE, Carlos Eduardo Barros. **A evolução das Ciências Contábeis no Brasil**. FGV Editora, 2005.

LIMA, Luciana Campos; AMORIM, Wilson Aparecido Costa de; FISCHER, André Luiz. Da Racionalidade Instrumental para a Substantiva: explorando possibilidades da Gestão De Clima Organizacional. **Teoria e Prática em Administração**, v. 5, n. 1, p. 159-182, 2015. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/tpa/article/view/19838>. Acesso em: 17 mar. 2019.

LOURENÇO, Rosenery Loureiro; SAUERBRONN, Fernanda Filgueiras. Revisitando possibilidades epistemológicas em contabilidade gerencial: em busca de contribuições de abordagens interpretativas e críticas no Brasil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 13, n. 28, p. 99-122, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2016v13n28p99>. Acesso em: 25 jun. 2019.

MALUSÁ, Silvana. *et al.* Ensino superior: concepções de pedagogia universitária no curso de ciências contábeis. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 12, n. 27, p. 289-319, 2015. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewArticle/653>. Acesso em: 08 jul. 2018.

MIRANDA, Gilberto José. Docência universitária: uma análise das disciplinas na área da formação pedagógica oferecidas pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* em Ciências Contábeis. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 4, p. 81-98, 2010. Disponível em: <http://repec.org.br/index.php/repec/article/view/202>. Acesso em: 07 ago. 2018.

MURCIA, Flávia Cruz de Souza. *et al.* Accounting undergraduate curriculum: a comparison between Brazil, the USA and the UK. **International Journal of Auditing Technology**, v. 2, n. 3, p. 269-287, 2015. Disponível em: <https://www.inderscienceonline.com/doi/abs/10.1504/IJAUDIT.2015.070539>. Acesso em: 10 ago. 2018.

OLIVEIRA, Thiago Cunha de; CRUZ, Cláudia Ferreira da; BUFONI, André Luiz. A percepção de docentes acerca da contribuição da filosofia para a formação do contador no Brasil sob a vigência das Financial Reporting Standards (IFRS). **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 16, n. 41, p. 44-62, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/2175-8069.2019v16n41p44>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PAULO, Edilson; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de; GIRÃO, Luiz Felipe de Araújo Pontes. Algumas questões sobre a normatização contábil baseada em princípios, regras e objetivos. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 2, n. 2, p. 24-39, 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/recfin/article/view/20181>. Acesso em: 08 set. 2018.

REZENDE, Taynara Guimarães de; CARVALHO, Márcia da Silva; BUFONI, André Luiz. Estudo Comparativo entre o Currículo Mundial e os Currículos dos Cursos de Ciências Contábeis em IES Federais do Estado do Rio de Janeiro. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 12, n. 3, 2017. Disponível em: <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/ufrj/article/viewArticle/3010>. Acesso em: 02 ago. 2018.

SAES, Flávio Azevedo Marques; CYTRYNOWICZ, Roney. O ensino comercial na origem dos cursos superiores de economia, contabilidade e administração. **Revista Álvares Penteado**, v. 3, n. 6, 2001.

SANTOS, Micheline Paitra Alves dos. Resgate da memória contábil no estado de Goiás. *In*. Conselho Federal de Contabilidade. **Resgate da memória contábil nos estados**. Brasília: CFC, 2016. Disponível em: <https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/08/resgate.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SCHMIDT, Paulo; SANTOS, José Luiz dos. **História do pensamento contábil**. Rio de Janeiro: Atlas, 2006.

SERVA, Maurício. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Revista de administração de empresas**, v. 37, n. 2, p. 18-30, 1997. Disponível em: <https://ideas.repec.org/a/fgv/eaerae/v37y1997i2a38031.html>. Acesso em: 20 jul. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Docência universitária: a pesquisa como princípio pedagógico. **Revista@mbienteeducação**, v. 2, n. 1, p. 120-128, 2009. Disponível em: <http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/540>. Acesso em: 04 jul. 2019.

SILVA, Mauricio Roberto. *et al.* Manifesto “Não toque nas universidades”; “a Filosofia é um esporte de combate”; e “que vivan los Estudiantes”. **Motrivivência**, v. 31, n. 58, p. 1-16, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1970/197037785004.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2019.

SOUZA, Gustavo Costa de; ORNELAS, Antônio Lima. Alberto Guerreiro Ramos e a autonomia dos estudos organizacionais críticos brasileiros: esforços de uma trajetória intelectual. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 13, n. 3, p. 438-461, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3232/323239879004.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2019.

TAUCHEN, Gionara; FÁVERO, Altair. O princípio da indissociabilidade universitária: dificuldades e possibilidades de articulação. **Linhas Críticas**, v. 17, n. 33, p. 403-419, 2011. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3818>. Acesso em: 03 jul. 2019.

TROMBETTA, Maria Rosa; CORNACCHIONE, Edgard Bruno. Um estudo empírico da percepção dos alunos de Contabilidade sobre as habilidades de comunicação adquiridas na graduação. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, v. 152, p. 83-97, 2005. Disponível em: <http://rbc.cfc.org.br/index.php/rbc/article/view/534/330>. Acesso em: 04 jul. 2019.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2a ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.